Revista Even. Pedagóg.
Dossiê temático – Educação, práticas e políticas culturais:
temas contemporâneos
Sinop, v. 17, n. 2 (45. ed.), p. 2630-2645, ago./set. 2026
ISSN 2236-3165 | DOI: 10.30681/2236-3165
https://periodicos.unemat.br/index.php/reps

AÇÕES DO PIBID/PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL:

uma experiência em escolas do município de Itacoatiara/Amazonas [1]

PIBID PEDAGOGY ACTIONS AND ETHNIC-RACIAL EDUCATION:

an experience in schools in the municipality of Itacoatiara-Amazonas

Flávia Fernanda Santos Silva [i]

Fabricio Valentim da Silva [ii]

RESUMO: A Lei nº 11.645/2008 é um importante marco na luta pela valorização da diversidade étnico-racial no Brasil ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas. Este trabalho é um relato de experiência que visa apresentar as ações do PIBID/Pedagogia em Itacoatiara/Amazonas, com foco na temática étnico-racial. Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental, além da observação das atividades dos bolsistas em três escolas de ensino fundamental I. Conclui-se que as atividades com o letramento racial via PIBID /Pedagogia é pioneira no município e tem viabilizado a elaboração de materiais e metodologias inovadoras em torno da educação étnico-racial.

Palavras-chave: Pedagogia. Educação Étnico-Racial. PIBID.

ABSTRACT: Law No. 11,645/2008 is an important milestone in the struggle for the appreciation of ethnic-racial diversity in Brazil, making the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous history and culture mandatory in all schools. This paper presents a field report describing the activities developed by PIBID/Pedagogy in Itacoatiara, Amazonas, focusing on ethnic-racial themes. To this end, bibliographic and documentary review was used, in addition to observation of the activities of scholarship recipients in three

[1] O trabalho possui origem na experiencia do PIBID/Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, Campus/Icet Itacoatiara.

Este trabalho está licenciado sob CC BY-SA 4.0. Para ver uma cópia desta licença, visite:
https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR

elementary schools. It is concluded that the activities with racial literacy via PIBID/Pedagogy are pioneering in the municipality and have enabled the development of innovative materials and methodologies around ethnic-racial education.

Keywords: Pedagogy. Ethnic-Racial Education. PIBID.

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.645/2008 é um importante marco na luta pela valorização da diversidade étnico-racial no Brasil, na medida em que atualizou a Lei nº 10.639/2003 e tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas do país. No entanto, apesar dessa conquista, a efetivação da Lei na maioria das escolas municipais brasileiras ainda enfrenta várias dificuldades em relação à elaboração e execução de procedimentos didático-pedagógicos que tratem sobre o tema (Silva; Santiago, 2016).

Um dos principais entraves ainda tem sido a falta de formação adequada dos(as) professores(as), embora esse fator se apresente como uma estratégia relevante para garantir o sucesso do processo de implementação e execução da legislação existente. Muitos profissionais da educação não receberam e não têm recebido nas redes de ensino uma capacitação específica para abordar a temática afro e indígena de forma crítica e contextualizada. Isso especialmente depois de quatro anos de um governo de extrema direita, quando o país viveu uma série de retrocessos em relação à direitos universais, desumanização e violência que se expressam numa agenda de guerra cultural contra a diversidade (Frigotto, 2021).

Tal fato confirma-se pelas notícias de tentativas de censura a livros que debatem a temática da cultura africana, racismo e da violência contra pessoas negras em diversas escolas no Brasil, nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro (2019-2020) (Reimão; Nery; Maués, 2022). De forma muito recente, a deputada federal Clarissa Tércio (PP/PE) apresentou o Projeto de Lei nº 1007/2025, que busca alterar a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para retirar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena das escolas.

Sendo assim, o debate sobre o tema é atual, visto que, na ausência dele, retrocedemos no trato do conteúdo, o que pode continuar a ser tratado de maneira estereotipada, ou de ser completamente ignorado no meio escolar.

Outro fator preocupante é a resistência institucional nas redes municipais de ensino. Em alguns casos, gestores(as) e professores(as) desconhecem e/ou não reconhecem a importância da lei, resultando na não abordagem da temática. No caso do interior do Amazonas, uma pesquisa anterior confirma essa situação, quando os pesquisadores destacam que professores(as) de várias áreas do conhecimento afirmaram desconhecer as leis de obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afroindígena, ao escreverem relatos após uma formação realizada pela universidade, via projeto de extensão (Silva; Lima; Januário, 2023).

Com base nessa realidade, este trabalho tem por objetivo apresentar as ações do PIBID /Pedagogia em escolas de ensino fundamental da rede municipal de Itacoatiara/Amazonas. Isso considerando o trato com o tema de forma sistemática e semanal no município, o que incentivou o programa a voltar-se para a formação dos(as) futuros professores(as), por meio de práticas educativas que valorizam a diversidade, em especial a história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais de ensino fundamental I.

Possuindo uma área territorial de 8.891,979 km², o município de Itacoatiara, Amazonas é pertencente a região metropolitana de Manaus, e de acordo com o último censo, possui 103.598 pessoas, sendo o município mais populoso do interior do Amazonas (IBGE, 2022).

Com a presença de comunidades indígenas pertencentes à etnia Mura e ainda da população negra remanescentes de quilombos, estas integram a formação histórica e cultural do município. O quilombo do Lago de Serpa é um dos mais destacados e sua origem relaciona-se ao Barão de Mauá que, por volta de 1857, tendo duas colônias no Amazonas, uma na orla da capital Manaus, e outra em Itacoatiara, solicitou 50 africanos livres ao império para trabalhar na Colônia de Serpa, Agroindustrial de Itacoatiara (Clemente; Inhuma, 2023).

Sendo assim, o município de Itacoatiara/AM é marcado pela luta por reconhecimento de comunidades indígenas, negras e quilombolas no estado do Amazonas. E, conforme destaca Gama (2025, p. 25) "a cidade de Itacoatiara como a conhecemos hoje, é resultado de um genocídio calculado e dos destroços de muitos povos que se uniram na tragédia para juntos sobreviver a imposição violenta da cultura europeia". Nesse sentido, Itacoatiara sendo um município cuja sociedade é diversa e controversa, visto que ainda pairam confusões em torno de suas definições e origens[2], demonstra o reflexo da colonialidade da história local.

Por esse exemplo, entende-se que a invisibilidade da cultura negra, a simplificação e deturpação da cultura indígena local são efeitos diretos da "colonialidade do ser" no contexto amazônico. O currículo escolar, ao seguir a lógica eurocêntrica (Melo; Ribeiro, 2019), não apenas falha em aplicar a lei nacional de forma adequada, mas também falha em reconhecer a história e o conhecimento local específico (mura, quilombola, ribeirinho).

Essas lacunas foram e são uma oportunidade para ação do PIBID /Pedagogia em Itacoatiara, na medida em que, sendo uma prática de resistência, recupera e valoriza essas identidades e saberes locais, tornando-os visíveis e centrais para o currículo.

Para melhor entendimento do trabalho, o texto está organizado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. Em seguida, está a metodologia em que se apresenta abordagem escolhida para elaboração do trabalho. Na terceira seção, estão os resultados da pesquisa, em que se discute a importância do PIBID /Pedagogia para os(as) professores(as) em formação, considerando o papel do PIBID enquanto experiência significativa para os docentes em formação para os desafios na educação básica.

[2] Para Gama (2025), Itacoatiara carrega um estigma da "Cidade da Pedra Pintada", cuja denominação é errônea e criticada pela autora que define este feito como a marca do invasor. Não representando assim, a origem real da cidade em que há inscrições em rochas talhadas pelos ancestrais da terra, e que dá origem a etimologia da palavra Itacoatiara, nome de origem indígena, habitantes antes da chegada dos colonizadores.

Além disso, a formação inicial docente associada à educação étnico-racial nas escolas, é debatida do ponto de vista de sua necessidade e importância, na medida em que a ausência dela tem levado a comunidade escolar a reproduzir visões estereotipadas, ou excluir as questões raciais do currículo, perpetuando práticas eurocentradas.

A seguir, apresenta-se a atuação sistemática dos(as) bolsistas do PIBID/Pedagogia em três escolas municipais de Itacoatiara/AM, em relação ao tema do letramento racial, superando a lógica de um currículo eurocentrado nessas escolas. Por fim, estão as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil possui vários documentos oficiais que orientam as escolas em relação à Educação das Relações Étnico-Raciais e sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nas séries iniciais do ensino fundamental, o documento da Secretaria de Administração (Secad), em 2006, sinaliza que o trabalho com todas as áreas do conhecimento deve ter atenção à interdisciplinaridade, com uma reflexão teórica que respalde qualitativamente as escolhas metodológicas e práticas pedagógicas para a implementação da Lei nº 10.639/2003. Trata-se de um processo que vai além dos modelos tradicionais de alfabetização, visando a promoção de uma pedagogia que contemple uma postura crítica sobre o tema, preparando as crianças para repensar os paradigmas eurocêntricos na promoção da luta contra o racismo estrutural.

No entanto, apesar das conquistas normativas, a exemplo da Lei nº 11.645/2008 que atualizou a lei anterior e incluiu os povos originários. Ainda existem lacunas e resistências na efetivação dessas instruções nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas das escolas. Para Quijano (2005), essa dificuldade na aplicação da legislação ocorre mediante um padrão de poder que se estabeleceu com a modernidade e colonialismo, denominado de "colonialidade do poder e do saber". Dito de outro modo, um padrão de poder que se estabeleceu no processo constitutivo da América e que se mantém a partir de uma classificação racial universal e que se estabelece numa hierarquia de saberes.

Arroyo (2013) vai nessa perspectiva quando problematiza sobre os coletivos populares que trazem longos processos de inferiorização e opressão que, na medida do poder/saber de dominação, foram tratados como subalternos. Nesse sentido, as dificuldades de aplicação da lei é a manifestação da colonialidade do poder, visto que o sistema educacional brasileiro historicamente foi constituído sob uma lógica eurocêntrica. Isso estabeleceu quais saberes seriam válidos com a história intelectual e cultural de outros coletivos, sendo ocultada e ignorada e, consequentemente, não sendo reconhecidas nas práticas pedagógicas.

Desse modo, o letramento racial no ensino fundamental I não é uma atividade a ser realizada "[...] somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura" (Munanga, 2005 p. 151). Ao contrário, deve ser um compromisso ético no planejamento curricular que reconheça e valorize as identidades étnico-raciais desde a infância. Assim, compreende-se que a falta de formação docente, concomitante com as resistências de aplicação efetiva da lei nas escolas,

também é resultado da estrutura colonial do sistema de ensino. Disso, faz-se necessária uma abordagem que vá além de um multiculturalismo superficial que apenas inclui conteúdos, sem questionar a estrutura de poder.

Nesse sentido, entende-se que as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatórios os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, embora sejam um marco importante, são, contudo, apenas um ponto de partida. O verdadeiro desafio não é simplesmente aplicar uma norma, mas descolonizar os saberes e as práticas que a própria instituição escolar, em sua forma e currículo, ainda carrega.

Uma forma de garantir isso é investir em formação inicial e continuada dos(as) docentes(as), pois é fato que sem a formação adequada, os professores(as) e demais sujeitos nas escolas tendem a reproduzir visões estereotipadas ou, de forma mais grave, excluir as questões raciais, perpetuando práticas eurocentradas no ambiente escolar.

Considerando essa reflexão, conforme o *Projeto letramento racial: como forma de combate ao racismo o letramento racial*, implementado pela Universidade Federal do Pará (2023, p. 8), se configura como uma "[...] prática de natureza política e pedagógica traduzida pela necessidade irremediável de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas por um grande sistema de opressão racial que denominamos de racismo". Não se reduz apenas a uma questão de "alfabetizar para o tema", mas deve ser entendido como um processo de "descolonização" da mente, que questiona os próprios fundamentos do conhecimento e da subjetividade.

Para Rodrigues e Breder (2023), a maioria dos docentes foram formados sob a égide do mito da democracia racial, levando-os(as) a perceber as desigualdades mais como um problema que diz respeito à origem social dos(as) alunos(as), do que ao racismo estrutural. Dessa forma, é imprescindível que a formação docente inclua uma reflexão crítica sobre o racismo estrutural no Brasil, bem como contemple o estudo das culturas negras e indígenas, de modo que os conteúdos escolares sejam tratados de forma mais significativa e contextualizada.

Numa escola, enquanto espaço de construção social, as relações étnico-raciais não são tratadas como um conteúdo periférico, são vivenciadas e transformadas cotidianamente dialogando com todas as áreas do conhecimento. Por isso, é necessário que as instituições formadoras assumam o compromisso de preparar docentes capazes de desenvolver práticas pedagógicas antirracistas, reconhecendo e valorizando as identidades dos estudantes, além de contribuir para o enfrentamento das desigualdades (Rodrigues; Breder, 2023).

É nesse contexto que surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem o objetivo de "fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira" (Brasil, 2024). Não é mero executor de uma política pública, mas se apresenta como um vetor de valorização da formação inicial de professores(as) no país.

Criado e acompanhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o PIBID proporciona aos estudantes de licenciatura o conhecimento da realidade das escolas públicas, além de viabilizar a unidade entre teoria e prática no ambiente escolar. Concomitante a isso, os(as) alunos(as) bolsistas do PIBID têm a oportunidade de fazer observações, planejamentos,

participar de reuniões e executar variadas atividades didático-pedagógicas, sob a orientação dos supervisores(as) das escolas, e do(a) coordenador(a) de área. Ao logo do programa, entende-se que esse acompanhamento tem sido muito necessário, pois tem contribuído para uma formação mais consistente, crítica, e alinhada com a realidade das escolas.

Lima *et al.* (2021) investigou a experiência do PIBID, de 2015 a 2017, do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cuité/PB. O autor destacou que os pesquisados(as) afirmaram como o PIBID repercutiu em sua prática docente, e como o programa os preparou para o estágio, oportunizando outras aprendizagens, metodologias e experiências.

Nessa perspectiva, Pimenta (1999) explica que os saberes da experiência são construídos na vivência cotidiana, ao longo da trajetória pessoal e profissional, mas também da convivência com outros professores(as), a partir da sua própria escolarização, e ainda do trabalho em sala de aula interagindo com alunos, colegas e comunidade escolar.

Mas, não apenas isso, no que tange à formação de professores(as), a vivência concreta em contextos reais permite ao futuro professor(a) aprender a lidar com situações diversas, observar e interpretar comportamentos dos discentes, criar estratégias, além de adaptar conteúdos à realidade da turma. Essa vivência gera um conhecimento que permite a reflexão sobre a prática, quando o professor(a) passa fazer uma reflexão crítica sobre suas ações. Assim, o PIBID /Pedagogia tem se afirmado como uma experiência significativa nas escolas, pois permite que os futuros docentes compreendam os desafios que enfrentarão na educação básica, além de desenvolverem habilidades pedagógicas em relação à sua identidade profissional.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O trabalho possui abordagem qualitativa e utilizou a técnica de observação (Gil, 2008), mas estabelece uma investigação da ação participativa decolonial de ensino das atividades dos(as) bolsistas em três escolas de ensino fundamental I, no município de Itacoatiara/AM. Além disso, fez-se uma revisão teórica a partir de autores(as) que abordam o letramento racial e a formação de professores(as), concomitante com a discussão dos documentos oficiais: Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Inicialmente, sendo um relato de experiência a partir do PIBID /Pedagogia, não foi necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), visto que as escolas da rede possuem convênio para realização do programa. Além disso, os pais dos alunos(as) assinaram autorização no ato da matrícula sobre a permissão de imagem em todas as ações realizadas pela rede. Sendo assim, as imagens utilizadas no trabalho são fruto das ações pedagógicas no âmbito do PIBID Pedagogia, mas, por precaução ética, preservou-se a identidade dos alunos(as) e os rostos das crianças foram ocultados nas fotos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para além de abordar a história afro-brasileira e indígena de forma genérica, o PIBID /Pedagogia incorporou o patrimônio cultural, os bens de natureza material e imaterial, manifestado nos saberes, nas histórias, nas formas de expressão, nos modos de fazer e viver, nas criações científicas, artísticas e tecnológicas, nos objetos, documentos, edificações e demais espaços de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ecológico, além das lutas das comunidades de Itacoatiara. A ideia foi transformar a escola em um espaço que faça sentido para a comunidade escolar, superando a lógica de um currículo eurocêntrico, prescrito e imposto de cima para baixo.

As três escolas participantes no programa, pertencem à rede municipal de Itacoatiara, sendo elas: Escola Municipal Nilda Vinhote da Silva, Escola Municipal Yeda Henriques de Souza Auzier e Escola Municipal Osmarina Melo de Oliveira. As três ofertam os anos iniciais do ensino fundamental, sendo esta etapa a atendida pelo programa.

Inicialmente, foram feitas reuniões de formação com os alunos/as bolsistas e com as supervisoras das escolas para discussão, organização e apresentação da temática do letramento racial a ser realizada de forma sistemática com os alunos(as) das escolas. Após esse momento, deu-se início às atividades em cada escola.

Figura 1 – Primeira reunião de apresentação de supervisoras e bolsistas



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

As reuniões foram realizadas nas dependências da UFAM, campus ICET/Itacoatiara, momento em que foram tiradas todas as dúvidas sobre a atuação dos bolsistas nas escolas, assim como foi apresentada a proposta do trabalho com o letramento racial. Posteriormente, como forma de conseguir reunir todos os envolvidos no programa, foram feitas formações remotas em torno da temática étnico-racial.

Figura 2 – Formações remotas.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

Concomitantemente, também foi criada uma página no Instagram para socialização de todas as atividades do programa ao longo desta edição do PIBID /Pedagogia.

Com relação à Escola Municipal Nilda Vinhote da Silva, de acordo com o Censo Escolar de 2025, essa escola possui 261 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental. É uma escola situada em área periférica e possui uma infraestrutura mais complexa do ponto de vista dos diferentes espaços. E, conforme acordado com o gestor e a supervisora da escola, o trabalho dos(as) bolsistas do PIBID /Pedagogia circulou em todas as turmas dessa etapa, sendo alterada a turma a cada bimestre. Na ocasião, existem oito bolsistas do PIBID atuando em duplas para melhor apoio e condução das atividades em cada sala.

Em fevereiro de 2025, as atividades do programa foram iniciadas, com a realização de diversas atividades de preparação, planejamento das aulas e elaboração de materiais didáticos pedagógicos. Dentre as principais ações realizadas nessa escola, destacam-se atividades envolvendo a diversidade dos povos do Brasil, cultura africana, alfabeto regional, artes indígenas e grafismo, além de dinâmicas para explicar as diferenças físicas de cada um (formato do cabelo, a cor da pele, a altura etc.).

Para essas atividades, utilizou-se materiais como: caixa com espelho, colagens de imagens, mapa do Brasil, escrita, leitura de livros, e ainda, desenhos e pinturas.

Figura 3 – Atividades na E. M. Nilda Vinhote.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

As atividades tiveram como foco a pluralidade étnica, com o intuito era iniciar o diálogo sobre as diferenças e de como é importante respeitá-las. Buscou-se também valorizar a história e cultura africana e indígena, visando promover a conscientização cultural e valorizar a história e a cultura dos povos originários.

A segunda escola pesquisada foi a Escola Municipal Yêda Auzier, que possui maior porte do que a escola anterior, com 424 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, segundo o Censo Escolar de 2025. A infraestrutura da escola atende a realização de atividades variadas, mas apresenta alguns problemas em relação à disponibilidade de recursos e materiais para as atividades do PIBID. Na escola, o programa também foi realizado por oito bolsistas, e a alternância entre as turmas também ocorreu a cada bimestre.

Nessa escola, os bolsistas que atuaram nas turmas de 1º e 2º ano focaram na contação de histórias, a exemplo dos livros: *Meu crespo é de Rainha* e *Kabá Derebu*, explorando atividades artísticas sobre as cores, formatos e texturas de cabelo. Além disso, valorizou-se o cotidiano de crianças indígenas da etnia Munduruku, através da leitura deste livro. Outras atividades desenvolvidas foram brincadeiras africanas, confecção de máscaras e instrumentos musicais africanos. Também foram introduzidos conceitos e história da Capoeira como forma de valorização e desconstrução de estereótipos negativos. As figuras a seguir confirmam a realização dessas atividades:

Figura 4 – Brincadeiras e máscaras africanas.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

Figura 5 – Aula sobre movimentos de Capoeira.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

Dando continuidade à temática africana e afro-brasileira, as aulas abordaram a Capoeira com apresentação de vídeos sobre a história da luta/dança e outros de competições de capoeira para que os(as) alunos(as) pudessem observar como ela é praticada. As atividades práticas permitiram aos alunos(as) moldar os golpes com papel-alumínio, a fim de compreenderem melhor como funcionam os movimentos da dança.

Essas propostas tiveram como objetivo estimular a expressão artística das crianças, ao mesmo tempo em que reforçava a identidade cultural e o reconhecimento de personagens negros e indígenas como protagonistas de suas próprias histórias.

Já a Escola Municipal Osmarina Melo de Oliveira, que atende as etapas de educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais e finais), possui uma boa infraestrutura, com espaços para realização de diferentes atividades.

Nos anos iniciais, etapa atendida pelo programa PIBID, há 323 alunos(as) matriculados(as). Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as realizadas com o 3º e 5º ano, que envolveram a cultura indígena, com assuntos sobre a culinária, o Tupi Guarani, com apresentação dos diferentes tipos de animais, frutas, plantas e seus significados na língua tupi. Além disso, foram realizadas outras atividades sobre as plantas medicinais e como elas são usadas pelos povos indígenas para cura.

Figura 6 – Atividades cultura e vocabulário indígena.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

Outras atividades sobre o tema diversidade também foram realizadas na escola, momento em que se explicou o significado do termo, culminando com uma atividade prática em que cada aluno(a) desenhou a si mesmo em um palito de picolé para a criação de um autorretrato. O objetivo foi destacar as diferenças e a necessidade de valorização e respeito entre os alunos(as).

Figura 6 – Autorretrato.



Fonte: acervo PIBID/Pedagogia (2025)

Como se pode perceber, ao longo de todo o ano de 2025, as ações do PIBID/Pedagogia nas três escolas do município de Itacoatiara/AM, estiveram voltadas para o letramento racial, com a atuação dos professores/as em formação, na execução de práticas educativas que valorizam a diversidade e a inclusão, em especial a história e cultura afro-brasileira e indígena.

Isso porque, mais do que garantir o cumprimento das leis, esse trabalho sistematizado, semanalmente ao longo de todo ano, caracteriza-se como um instrumento de reparação histórica, em que a escola reconhece a pluralidade da identidade brasileira, manifestada em matrizes étnicas e culturais que caracterizam o nosso país.

Dessa maneira, trabalhar essa temática nos anos iniciais do ensino fundamental exige que toda a comunidade escolar compreenda que o letramento racial não se resume apenas às datas consideradas comemorativas, como tradicionalmente se faz em torno da temática. Ela demanda uma mudança na postura pedagógica da escola, com ação sistemática junto aos órgãos e instituições de ensino.

Essa é uma característica comentada no documento de *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, do Ministério da Educação (Brasil, 2006), em que se discute que o planejamento de atividades apenas em datas, a exemplo do antigo "Dia do Índio", no dia 19 de abril, sujeitam os(as) alunos(as) a vestirem/fantasias, realizando pinturas e mantendo uma série de estereótipos sobre os indígenas, embora no Brasil eles não sejam homogêneos dada as muitas etnias que compõem a população indígena no Brasil.

No 2º ano de atuação do PIBID /Pedagogia, já se percebe uma familiaridade por parte das escolas em relação à presença e execução de atividades realizadas pelos(as) bolsistas. Contudo, no início da aplicação do programa, foram percebidas algumas dificuldades em relação à resistência por parte dos professores(as) titulares das turmas, na aceitação da presença dos bolsistas, assim como compreender a importância do trabalho com a temática étnico-racial.

Somado a isso, tem-se a escassez de recursos nas escolas, como ausência ou quantidade insuficiente de *datashow* para realização de aulas mais dinâmicas, bem como a indisponibilidade de materiais diversos, como, pincéis, colas, papel A4, lápis de cor, impressões e dentre outros. Ausências essas que induz os bolsistas do PIBID a retirarem parte do recurso da sua bolsa para compra e elaboração de materiais.

Isso denota um problema infraestrutural das escolas, visto que as condições de trabalho dos(as) professores(as) ficam prejudicada, além de se perceber o não cumprimento do dever do Estado com a educação pública escolar. Também foi possível averiguar o não cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que traz, em seu texto, a importância da garantia de "padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem" (Brasil, 1996).

Desse modo, no contexto das escolas atendidas pelo programa, em sua maioria ficam desassistidas ou atendendo de forma precária a esse padrão mínimo exigido pela lei, que envolve os materiais de caráter instrumental para aprimorar o ensino e a aprendizagem.

Aplica-se também a essa discussão o fato de que os alunos(as) negros(as) e indígenas, têm histórias e realidades diferentes das vividas por alunos(as) brancos(as), o que termina por refletir na

trajetória escolar dos estudantes (Inep, 2023). Nesse sentido, os gestores das redes e das escolas têm a responsabilidade de combater as desigualdades educacionais, promovendo ações de enfretamento de preconceitos, muitas vezes manifestadas em atitudes que limitam o desenvolvimento e as potencialidades desses grupos. Isso considerando que não se valoriza a diversidade racial, impactando negativamente sobre o aprendizado e sentimento de pertencimento dos alunos(as) ao ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o agravamento se potencializa quando se percebe que as escolas localizadas em áreas periféricas e com maior percentual de alunos(as) pretos(as) e pardos(as) são as mais precarizadas e com infraestrutura escolar inferior.

Embora isso, é importante destacar que, desde a aprovação da Lei nº 10.639, em 2003, e depois com a atualização para Lei nº 11.645/2008, têm-se a obrigação de implementar a temática racial no currículo das escolas, abrindo espaço para que a questão étnico-racial seja debatida entre coordenadores(as), gestores(as) e professores(as).

É nesse sentido que o PIBID/Pedagogia fortalece o debate quanto à importância da escola pública gratuita e da garantia do direito à educação com uma qualidade socialmente referenciada, além de promover aos estudantes negros(as) e indígenas o direito a uma aprendizagem com equidade garantida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar parte das ações do PIBID /Pedagogia em escolas de ensino fundamental da rede municipal de Itacoatiara/AM. As ações do PIBID têm refletido práticas educacionais nas escolas participantes, com os bolsistas e professoras/supervisoras que têm atuado em um espaço de "desconstrução" dos saberes eurocêntricos.

Sendo um *lócus* de descolonização do pensamento docente, o PIBID/Pedagogia tem viabilizado que futuros professores(as) sejam formados(as) para pensar e agir de forma crítica e engajada, alinhada à realidade local. Ao invés de apenas preparar futuros(as) professores(as) para cumprir a lei nas escolas, o programa em Itacoatiara visa ser compreendido como um espaço onde a docência é formada para pensar e agir de forma crítica, alinhada à realidade local e engajada nas lutas de seu território.

Isso porque a formação dos(as) bolsistas do PIBID/Pedagogia no curso de Pedagogia da UFAM contemplam disciplinas que discutem aspectos de cultura geral e local, identidade, além dos documentos legais vigentes, preparando os discentes para a aplicabilidade das diretrizes sobre as questões étnico-raciais na educação básica. Nessa perspectiva, os resultados reafirmam a relevância do PIBID/Pedagogia como espaço de articulação entre a teoria e a prática nessa relação entre universidade e escola, e como instrumento fundamental na construção de práticas pedagógicas antirracistas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAPTISTA, C. R. *et al*. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Direitos Humanos firma parceria para fortalecer redes de ensino em prol da educação antirracista. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/direitos-humanos-firma-parceria-para-fortalecer-redes-de-ensino-em-prol-da-educacao-antirracista. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Portaria CAPES nº 90, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=14542. Acesso em: 12 fev. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. Revista Cocar, Belém, n. 8, p. 28-44, jan./abr. 2020.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos; INHUMA, Yana Gomes. ?Na Si Quilombo: fragmentos históricos Do "Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago do Serpa" de Itacoatiara Amazonas.. *In*: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE INSURGÊNCIAS DECOLONIAIS, PSICOLOGIA E OS POVOS TRADICIONAIS. Anais [...] Sobral, CE: Faculdade Luciano Feijão, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. Revista desenvolvimento e civilização, v. 2, n. 2, , p. 118-138, jul. 2021.

GAMA, Maria de Castro. Paraíso Perdido às Itakûatiaras: história e arqueologia. Itacoatiara, AM: Ed.do Autor, 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. *In*: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, Jéssica dos Santos de; SANTOS, Nandyara Souza. O papel do PIBID para a formação do futuro professor: um recorte da realidade de uma instituição situada no interior da Bahia. Revista de Iniciação à Docência, v. 3, n. 2, ago. 2019.

LIMA, Dioginys Cesar Felix de; BRANDÃO, Xênia Silva Gomes; DANTAS, Josivânia Marisa. Tecendo saberes docentes: as contribuições do PIBID na visão de pós-graduandos em ciências naturais e matemática do IFRN. Conex. Ci. e Tecnol., Fortaleza, v. 15, p. 1-10, e021012, 2021.

MELO, Alessandro de; RIBEIRO, Débora. EUROCENTRISMO E CURRÍCULO: APONTAMENTOS PARA UMA CONSTRUÇÃO CURRICULAR NÃO EUROCÊNTRICA E DECOLONIAL. e-Curriculum, São Paulo , v. 17, n. 4, p. 1781-1807, out. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762019000401781&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 ago. 2026. https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1781-1807.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. 2. ed. revisada. Brasília: MEC, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido. (org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142

REIMÃO, Sandra; NERY, MAUÉS , João Elias; Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro - 2019-2020. Literatura e Autoritarismo, Santa Maria, n. 40, p. 5-18, jul.-dez. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.5902/1679849X66347.

RODRIGUES, Gerusa Faria ; BREDER, Debora. "Raça" e racismo estrutural: (re)pensando a formação de professores na educação básica. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ., v. 39, n. 1, p. e129304, 2023.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil. Educación, Lima, v. 25, n. 48, p. 53-66, enero 2016.

SILVA, Flávia Fernanda Santos; LIMA, Geliana Cardoso de; JANUÁRIO, Ricardo Alves. Projeto de Extensão: formação de professores(as) para cumprimento da Lei nº 11.645/2008 no currículo de escolas públicas municipais de Coari/Amazonas. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 62–74, 2024. DOI: 10.14393/REP-2023-70490. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/70490. Acesso em: 25 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto Letramento Racial: como forma de combate ao racismo. Belém: ICJ/UFPA, 2023.

AGRADECIMENTOS

Às escolas parceiras do programa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão de bolsa.

Recebido em: 29 de março de 2026.
Aprovado em: 13 de agosto de 2026.

[i] Flávia Fernanda Santos Silva. Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, Campus Icet/Itacoatiara. Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/Pedagogia)(2024-2026). Doutora em Educação pelo programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é Pesquisadora membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Formação e Ensino para a Diversidade (GPEFED) da UFAM, integrando a linha de pesquisa: Fundamentos, Currículos e Programas em Educação.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/8061123259191538
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6171-8636
E-mail: flaviafernandasilva@yahoo.com.br

[ii] Fabricio Valentim da Silva. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (2004) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2007), Doutor em Educação - Université de Montréal (2019), Professor Associado II no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (ICET/UFAM); Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da FACED/UFAM. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Linguagens na Amazônia PPGEL Amazônia.
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7907037135314095
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8721-7103
E-mail: fvalentims@ufam.edu.br